

Imperialismo digital, acumulação de capital e dependência tecnológica: entrevista com Lloyd G. Adu Amoah

Jonas C. L. Valente

Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Centro Universitário IESB. Foi pesquisador de pós-doutorado no Oxford Internet Institute, responsável por co-liderar o Projeto Cloudwork na Fairwork Foundation. Concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) (2019). Defendeu sua tese sobre plataformas digitais, recebendo menção honrosa no Prêmio de Tese da UnB. É autor do livro "Das plataformas online aos monopólios digitais" (Dialética, 2021). É co-editor-chefe da Revista Eptic.

Fabrizio Zanghelini

Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor colaborador e pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC/UFS), no âmbito do projeto "A Governança Econômica das Redes Digitais", com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2026/04912-4. Membro dos grupos de pesquisa NIEP-Marx, Obscom/Cepos e EPICC/CLACSO.

Farooq Sulehria

Pesquisador afiliado à Universidade de Södertörn, em Estocolmo. Ele também leciona na Beaconhouse National University, em Lahore. É autor do livro "Media Imperialism in India and Pakistan" (Routledge). Ele editou e coeditou: "75 Years After Partition: India, Pakistan and Bangladesh" (Routledge), "Media Subimperialisms and the Rise of Global South" (Palgrave Macmillan); "Pakistan's Foreign Policy and Strategic Relations in the Twenty-First Century" (Palgrave Macmillan).



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

1. O imperialismo digital é um quadro conceitual recente que você tem empregado em suas pesquisas. No entanto, como você observa, ele ainda constitui uma abordagem analítica emergente na literatura. Como você definiria esse conceito?

O imperialismo digital (ID), enquanto conceito, foi inicialmente nomeado de maneira explícita e desenvolvido por Gajjala e Birzescu (2011). Seu trabalho chamou oportunamente a atenção para as hierarquias e dinâmicas de poder incorporadas ao processo de digitalização global, que, de outro modo, era recebido de forma eufórica. Os autores direcionaram a atenção crítica para o modo como o imperialismo estava/está sendo (re)configurado digitalmente e, nesse processo, forneceram algumas pistas e indicações úteis para a definição do imperialismo digital como uma abordagem analítica e uma condição emergentes, embora não tenham chegado a defini-lo.

Apresentei aquela que considero a primeira definição de trabalho mais explícita de imperialismo digital até o momento ([Amoah, 2025], com base, particularmente, na literatura sobre economia política digital e, de maneira mais geral, sobre imperialismo). Apresento aqui uma definição de trabalho atualizada do ID, nos seguintes termos (com uma ligeira atualização em relação àquela apresentada em Amoah, 2025): o imperialismo digital é um aspecto fundamental da manifestação contemporânea do imperialismo, viabilizado pela internet e pela ampla infraestrutura de telecomunicações de alcance global, que são utilizadas de maneira cada vez mais incontestável por Estados e corporações poderosos – em razão de terem criado essas tecnologias e deterem os direitos de propriedade intelectual sobre elas – situados no Norte Global (centro) e nas regiões mais ricas da Ásia (semiperiferia), como instrumentos fundamentais de produção, distribuição, consumo, controle, poder, hegemonia e dominação, destinados à drenagem de capital da periferia para o centro, por meio da semiperiferia e com sua participação.

2. Quais são as principais características do imperialismo digital e de que maneira esse conceito contribui para a análise das assimetrias informacionais contemporâneas?

O imperialismo digital (ID), enquanto lente empírico-analítica, preocupa-se fundamentalmente em chamar a atenção para as maneiras pelas quais o capitalismo tardio tem assumido aspectos cada vez mais (in)tangíveis, corporificados e incorporados em bits e bytes algorítmicos, com o propósito único e explícito de tornar mais eficiente a drenagem de capital de caráter exploratória da periferia para a semiperiferia e o centro. O ID também destaca como a tecnologia digital se tornou o meio fundamental, senão o único, de mediação das antinomias centrais que impulsionam o capitalismo – cujas dinâmicas e contradições o mantêm em funcionamento: economia/política, capital/trabalho, oferta/demanda e sujeito/objeto.

No ID, a *longue durée* das transformações do capitalismo global, em suas constantes inflexões espaço-temporais – atualmente exemplificadas pelo capitalismo digital (Schiller, 1999) –, articula-se às constantes mudanças, ou melhor, transformações do imperialismo (Marini, 1972; Nkrumah, 2004; Wallerstein, 1991), naquilo que Addo sintetiza de maneira brilhante como “Imperialismo: o estado permanente do capitalismo” (Addo, 1995). Essa articulação permite uma compreensão mais completa, nuançada e rica das relações entre imperialismo e capitalismo global em um mundo digitalizado. É útil citar Addo (1995) a respeito da sinonímia entre capitalismo global e imperialismo, para a qual o ID chama a atenção na fase digitalizada do capitalismo tardio:

[...] o imperialismo é, ele próprio, um processo que deriva seu dinamismo e suas formas mutáveis do desenvolvimento do capitalismo, que sempre operou em “escala mundial”. A conexão entre

imperialismo e capitalismo mundial é tão estreita, o imperialismo constitui uma parte tão íntima do capitalismo mundial, que o capitalismo não pode existir sem o imperialismo. Podemos, de fato, considerar os dois fenômenos como sinônimos. (Addo, 1995, p. 14)

Para o ID, as assimetrias de informação e de tecnologia digital precisam ser compreendidas como expressões salientes, polarizadoras e dinâmicas das tendências imperialistas e imperializantes do capitalismo global, orientadas explicitamente para a acumulação de capital no centro e na semiperiferia – em benefício de seus Estados e de suas Corporações Transnacionais de Tecnologia e Telecomunicações (TTTCs) –, em detrimento da periferia.

No sentido exposto acima, o ID é apresentado – e deve ser compreendido – como uma ferramenta discursiva de oposição, capaz de lançar um olhar crítico e incisivo sobre as assimetrias de informação e de tecnologia digital, que constituem, possivelmente, um dos fenômenos de maior impacto sobre a vida no capitalismo tardio. Ao mesmo tempo, permite confrontar as controversas alegações de que as tecnologias digitais seriam instrumentos benignos e inofensivos destinados à promoção do crescimento econômico, à melhoria do bem-estar social e à consolidação, em escala global, de valores liberais supostamente superiores do ponto de vista político e normativo.

3. A literatura tem proposto conceitos relacionados de imperialismo, incluindo as noções de Jin de imperialismo de plataforma e imperialismo do blockchain. Em que aspectos o imperialismo digital se diferencia dessas conceituações?

Tenho refletido bastante sobre essa questão em meu trabalho, na tentativa de enfrentá-la. Analiso os conceitos relacionados de imperialismo do blockchain e imperialismo de plataforma, bem como sua relação com o imperialismo digital (ID), em termos de gênero e espécie.

O ID deve funcionar como o gênero sob o qual se inserem as espécies do imperialismo do blockchain e do imperialismo de plataforma. Essa relação é ao mesmo tempo lógica e empírica. O ID constitui uma condição necessária para os conceitos relacionados aqui em discussão e estes, por sua vez, expressam manifestações específicas – empíricas – do próprio imperialismo digital, associadas à organização algorítmica e às tendências voltadas para a acumulação eficiente de capital no centro e na semiperiferia, em detrimento da periferia.

4. A produção crítica no campo da comunicação e das ciências sociais tem examinado formas anteriores de imperialismo, incluindo o imperialismo cultural e o imperialismo midiático. Como você conceitua a especificidade do imperialismo digital, bem como suas continuidades e rupturas em relação a essas formas precedentes?

Como já indiquei em minhas respostas anteriores, tanto o imperialismo quanto aquilo que lhe dá sustentação, o capitalismo, passam por transformações espaço-temporais ao longo do tempo, como demonstra amplamente a *longue durée*. Como consequência, entendo que o imperialismo cultural e o imperialismo midiático refletem expressões específicas do imperialismo na história do capitalismo.

Se compreendermos adequadamente o capitalismo como a tecnologia de eficiência do imperialismo, voltada para seu impulso e sua lógica definidores e permanentes de acumulação, então, quando o capitalismo passa por transformações para enfrentar suas crises, o imperialismo necessariamente se transforma com ele. Do mesmo modo, se a história informa a teoria, é de se esperar que a construção teórica também acompanhe, sobretudo, os acontecimentos históricos mais significativos.

Como fica claro nas diferentes nomenclaturas das formas de imperialismo aqui discutidas, “imperialismo” constitui a presença conceitual constante, porque é o *explanandum* – aquilo que deve ser explicado. O *explanans* – aquilo por meio do qual se explica – é que se modifica no imperialismo “cultural”, no imperialismo “midiático” e no imperialismo “digital”, expressando as mudanças e, portanto, novos focos empíricos no capitalismo enquanto tecnologia do imperialismo ao longo do tempo. Isso não significa que os focos ou as expressões anteriores desapareçam ou deixem de ser tão relevantes quanto antes.

Assim, o ponto de diferenciação que confere especificidade ao imperialismo digital (ID), em comparação com as formas anteriores de imperialismo aqui discutidas, reside claramente na digitalização como a tecnologia atual do capitalismo: o imperialismo digital busca compreender o imperialismo na era digital-algorítmica ou, melhor dizendo, na era do capitalismo digital.

5. O colonialismo digital tem se tornado um quadro analítico cada vez mais proeminente para examinar o papel das Big Techs e as assimetrias entre as nações centrais e periféricas. Como você avalia a relevância do imperialismo digital em relação ao quadro analítico do colonialismo digital?

O que identifico é um problema de articulação entre o imperialismo digital (ID), entendido como conceito mais abrangente, e seu conceito derivado, o colonialismo digital. Sem dúvida, o colonialismo digital tem sido amplamente empregado nas análises da economia política digital.

Embora o colonialismo digital seja útil como quadro conceitual, minha impressão é que ele desvia a atenção – a ponto de poder ser enganoso – de um enfoque contínuo e abrangente sobre o funcionamento do imperialismo na era digital. É certo que o colonialismo digital torna visíveis o alcance territorial e espacial e as formas de controle das Big Techs que, de outro modo, permaneceriam (in)visíveis. O desafio consiste em articulá-lo a uma perspectiva conceitual e teórica de ordem mais abrangente – e, portanto, ao conceito mais geral de imperialismo digital –, de modo a alcançar maior clareza e poder explicativo.

Aqui, mais uma vez, recorro ao esquema de gênero e espécie mencionado anteriormente.

6. Como você caracterizaria a relação entre as corporações digitais transnacionais e os Estados imperialistas na constituição e reprodução do imperialismo digital?

As Corporações Transnacionais de Tecnologia e Telecomunicações (TTTCs) constituem vetores centrais do imperialismo nesta era digital-algorítmica. Criadas, apoiadas, favorecidas e protegidas – por meios jurídicos, militares, financeiros, diplomáticos, entre outros – por Estados imperialistas em suas diferentes formas, elas se tornaram os principais meios para a transferência eficiente de valor, em escala global, da periferia para o centro e a semiperiferia, por meio de bits e bytes algorítmicos. É assim que o imperialismo digital se perpetua e se reproduz.

O vínculo entre os Estados imperialistas e essas TTTCs é necessário e lógico para a constituição e a sobrevivência reprodutiva do imperialismo digital. Tanto os Estados imperialistas quanto os subimperialistas – embora estes últimos também sejam fontes de extração de capital em benefício do centro – sustentam, mantêm e defendem o capitalismo global em sua atual expressão neoliberal, porque esta possibilitou a normalização, em escala sem precedentes, de mercados aparentemente “livres” – e, com isso, também a movimentação irrestrita de capitais e a repatriação de lucros – em todo o mundo.

Nesse processo, as TTTCs puderam se inserir monopolisticamente, de maneira direta e

indireta, sobretudo no Sul Global, transformando os povos da periferia em meros consumidores, desamparados e impotentes, de produtos tecnológicos.

Há também um componente retórico muito bem azeitado em todo esse processo, por meio do qual a articulação entre Estados imperialistas e TTTCs apresenta como uma verdade axiomática a inevitabilidade de uma vida global ancorada na inteligência artificial e associada ao crescimento econômico e à prosperidade para todos. A ironia é que essa suposta verdade axiomática é construída pelo próprio bloco Estados imperialistas-TTTCs, que formula essa “verdade” justamente para viabilizar a construção de um sistema digital de alcance global – o que a torna, evidentemente, uma “verdade” autorrefutável.

Tudo isso lembra fortemente formas anteriores de imperialismo, nas quais a Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oostindische Compagnie* [VOC]) e organizações semelhantes – como a Companhia Inglesa das Índias Orientais, a Companhia Francesa das Índias Orientais, a Companhia Dinamarquesa das Índias Orientais, a Companhia Sueca das Índias Orientais e a Royal African Company – foram todas sustentadas pelo poder monopolista e pelo poder estatal, tornando possível a construção dos impérios.

7. Em seu trabalho, você examina as maneiras pelas quais a África e os países africanos estão submetidos ao imperialismo digital. Que percepções podem ser extraídas do contexto africano a respeito das dinâmicas por meio das quais o imperialismo digital se desenvolve e de suas implicações para as regiões do Sul Global?

A principal percepção que o contexto africano oferece em relação ao imperialismo digital é a dolorosa ausência de um “pessimismo criativo” (Addo, 1995:125) no que diz respeito à transformação nacional e aos muitos caminhos e modismos apresentados ao Sul Global para alcançá-la, incluindo a atual via da digitalização, que o imperialismo digital (ID) corporifica. O pessimismo criativo diz respeito a

[...] avaliações autocríticas das proclamações de otimismo autoconfiantes [...], recuando para avaliar a eficácia, a não eficácia ou a ineficácia de doutrinas, dogmas, premissas, táticas, estratégias e dos próprios fins que são aceitos. É necessário certo grau de coragem e honestidade para ser pessimista nesse sentido, quando a ordem do dia é ser “aceitável” e “altamente considerado”. É esse tipo de postura crítica, nascida da práxis e da experiência teórica, que produz a criatividade necessária para redefinir os objetivos, as táticas e as estratégias do projeto de humanização. (Addo, 1995:125-126)

Tem-se a impressão, na África, de que existe uma classe compradora cuidadosamente cultivada e recompensada na política, nos negócios, na mídia e na academia, que simplesmente aceitou o discurso da digitalização e da inteligência artificial sem o menor vestígio de questionamento ou crítica sustentados. As origens de tudo isso podem ser remontadas, na África, ao processo de neoliberalização iniciado na década de 1980. Ironicamente, a América Latina forneceu, sem dúvida, o modelo de neoliberalização para o Sul Global.

Sem entrar em detalhes, em razão das limitações de espaço, minha visão é que, em última análise, as sociedades do Sul Global foram remodeladas como sociedades individualistas e consumistas, nas quais a solidariedade afetiva foi praticamente perdida. Soma-se a isso o tipo de formação do sujeito que esse processo engendrou na África e, de fato, em todo o Sul Global; recentemente teorizei o sujeito neoliberal de Gana como o *Homo Neoliberalus* ganhês

(Amoah, 2026).

Com efeito, a África e os países africanos aceitaram, em grande medida, sua elaborada constituição como consumidores permanentes de tecnologia digital. Em última análise, a visão radical de autodeterminação em favor de outro mundo, mais justo para todos os seus povos – pela qual o Sul Global lutou e se empenhou – foi praticamente derrotada e, sobre suas cinzas, o imperialismo digital foi erguido sem resistência significativa na África e no Sul Global.

Em suma, o que a experiência africana oferece é um alerta para os perigos da adoção acrítica da digitalização – e, portanto, para a necessidade de resistência –, uma vez que ela facilita a constituição e a reprodução do imperialismo digital. Trata-se de um processo impulsionado também, de maneira significativa, pela formação específica de um sujeito permanentemente consumista.

8. De que maneira a ascensão transnacional da política de extrema direita tem reconfigurado, nos últimos anos, as dinâmicas do imperialismo digital?

É evidente que a política de extrema direita, enquanto fenômeno, tende a produzir impactos sobre a Europa e o mundo. Já me ocorreu indagar se a (re)emergência da extrema direita não seria simplesmente uma expressão da verdadeira natureza da política europeia, particularmente se considerarmos o imperialismo na África e, de modo mais amplo, em todo o Sul Global, remontando ao longo século XVI.

O fascismo voltou a estar em voga, e a mais recente rodada de horrores promovida pelos Estados Unidos – claramente auxiliada e incentivada, quando não diretamente apoiada, por formações políticas de extrema direita na Europa e em outros lugares – no Irã, em Gaza e na Venezuela, por exemplo, revela sinais inequívocos de que o Império está contra-atacando com o auxílio da tecnologia digital. A guerra com drones tornou-se *de rigueur* nos conflitos mais recentes, incluindo a guerra russo-ucraniana; a energia elétrica em Caracas foi desligada remotamente pelos Estados Unidos invasores enquanto o presidente Maduro e sua esposa eram sequestrados pelas forças norte-americanas. Tudo isso ocorre sem a máscara grotesca que o Império por muito tempo utilizou sob uma suposta face liberal – ou melhor, sob a farsa liberal que buscava fazer crer.

Os acontecimentos políticos recentes na Alemanha, por exemplo, são intrigantes. A União Democrata-Cristã, a União Social-Cristã e o Partido Social-Democrata formaram uma aliança para impedir que a Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema direita, assumisse o controle do governo. O interessante, porém, é que essa aliança está reduzindo os gastos com bem-estar social para que a Alemanha possa se rearmar.

Se o imperialismo e sua tecnologia – o capitalismo – surgiram no século XVI porque a Europa buscava superar suas crises feudais – aquilo que a literatura descreve como a economia-mundo europeia –, causa apreensão imaginar o que a atual conjuntura política, combinada ao poder e ao alcance do imperialismo digital, poderá significar para o mundo; os sinais já estão claramente postos.

9. De que maneiras a crescente proeminência da China nos mercados digitais tem influenciado a configuração e a trajetória do imperialismo digital?

Uma maneira útil de abordar essa questão é perguntar como caracterizar ideologicamente a China. A resposta fornece, em grande medida, a base para compreender a China como um ator-chave no imperialismo digital (ID). Eu, assim como outros estudiosos – uma minoria, certamente –, tenho argumentado que a China é fundamentalmente capitalista (ver Amoah, 2026), apesar das aparências e das afirmações em sentido contrário.

Se esse argumento se sustenta, a China deve ser considerada plenamente engajada no projeto imperialista de acumulação eficiente de capital para si própria e para o centro, em detrimento da periferia. O ponto importante a observar é que a China entrou no jogo do imperialismo no capitalismo tardio a partir da atuação dos Estados centrais já estabelecidos, o que faz dela um Estado imperialista de papel secundário e, portanto, tecnicamente, um Estado subimperialista.

Schiller (1999: xiv) argumenta que “a internet constitui nada menos que o **aparato central de produção e controle** de um sistema de mercado cada vez mais supranacional” (ênfase acrescentada).

A metamorfose da China em Estado e sociedade capitalistas ocorreu rapidamente e convergiu com a emergência e a consolidação da era digital e algorítmica. Considerando que, ainda na era Mao, a China já havia compreendido bem a importância da tecnologia, expressa nas Quatro Modernizações, também compreendeu o valor da tecnologia digital para a acumulação de capital e soube aproveitar vigorosamente essa onda, sobretudo no Sul Global.

As TTTCs chinesas construíram infraestruturas tecnológicas digitais em todo o Sul Global – por meio da Huawei, por exemplo – e também dominam o mercado de aparelhos celulares – por meio da Xiaomi e da Transsion. Nesse sentido, a China deve ser compreendida, no que diz respeito ao imperialismo digital, como um ator central auxiliar, com atuação especialmente voltada para o Sul Global, agindo em seu próprio interesse enquanto Estado subimperialista e, conjuntamente com outros atores do centro, para aprofundar, manter e reproduzir o projeto imperialista na atual conjuntura da história do sistema-mundo.

10. Em sua análise, o adjetivo “digital” se refere a determinações mais concretas das tendências gerais do imperialismo ou indica o surgimento de uma forma distinta de imperialismo? Nesse sentido, como sua abordagem se relaciona com as teorias clássicas e contemporâneas do imperialismo?

Responderei a essa questão enfatizando que sigo a **tese da continuidade do imperialismo** de Addo (1986). Essa tese sustenta que o imperialismo capitalista é fundamentalmente *sui generis* e, portanto, engendra um tipo particular de imperialismo – mais precisamente, um imperialismo eficiente – no qual se mantém a lógica de drenagem de capital da periferia para a semiperiferia e o centro.

À medida que as formas do capitalismo se transformam, também se transformam as formas do imperialismo, mantendo-se, porém, inalterado seu foco na lógica da acumulação de capital. O imperialismo digital deve ser compreendido sob essa perspectiva, como uma verdadeira manifestação do imperialismo capitalista, apoiada na digitalização algorítmica e colocada a serviço da lógica estabelecida de acumulação de capital.

Assim, sim: o imperialismo digital constitui, em grande medida, uma determinação contemporânea, tangível ou concreta, das tendências gerais do imperialismo capitalista; não se trata, de modo algum, de uma forma distinta de imperialismo – e, se houver alguma distinção, ela diz respeito à forma, não à substância.

11. No contexto do imperialismo digital, quais são os principais mecanismos de acumulação de capital e de transferência de valor entre os países? Que papéis desempenham, nesse processo, os dados, o poder de monopólio, a propriedade intelectual e a divisão internacional do trabalho?

Eu diria que os mecanismos de acumulação de capital e de transferência de valor no imperialismo digital são dinâmicos e, portanto, constituem uma questão empírica em constante evolução. Precisamos estudá-los mais profundamente para melhor identificá-los e enquadrá-los de maneira abrangente a partir de diferentes perspectivas disciplinares, e não apenas de uma abordagem economicista.

Pode-se argumentar, contudo, que já existem evidências documentais e provenientes da experiência suficientes para formular algumas ideias provisórias sobre a natureza desses mecanismos. Como já assinalado anteriormente, as TTTCs precisam ser compreendidas em um papel crítico duplo no imperialismo digital: como vetores – de sua constituição, expressão e reprodução – e como os principais meios de acumulação de capital e de transferência de mais-valor.

Ambos os papéis são possibilitados pelas interconexões existentes na economia capitalista global, facilitadas de maneira sem precedentes pela neoliberalização. A neoliberalização, ao promover o esvaziamento do Estado, normalizou a terceirização dos mais variados tipos de serviços – inclusive serviços estratégicos e críticos – para todo tipo de empresa, preferencialmente transnacional quando se trata, em particular, de questões relacionadas a tecnologias avançadas.

No Sul Global, como já indicado anteriormente, as TTTCs conquistaram contratos lucrativos para construir e manter a infraestrutura digital de diversos países. Minha pesquisa, com base tanto em dados disponíveis quanto em dados obtidos por meio de trabalho de campo, mostra que, na África Ocidental, por exemplo, o setor de telecomunicações ocupa atualmente o terceiro lugar em termos de ingresso de financiamento ao desenvolvimento proveniente da China.

O financiamento ao desenvolvimento não é inteiramente gratuito e, quando assume a forma de empréstimos que precisam ser pagos com os juros acumulados, constitui um claro mecanismo de acumulação de capital e de transferência de valor. De fato, em empreendimentos desse tipo envolvendo financiamento ao desenvolvimento, instituições financeiras chinesas, como o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China, desempenham papel central na estruturação dos pacotes financeiros e de seus termos.

Esses contratos tendem a envolver a aquisição de *know-how* tecnológico avançado e de equipamentos junto às TTTCs e aos Estados aos quais estão vinculadas – um claro mecanismo de aprisionamento (*lock-in*) e um processo de reprodução do imperialismo digital – enquanto o Sul Global não for capaz de produzir suas próprias alternativas.

O que quero enfatizar é que o Sul Global foi efetivamente constituído como consumidor permanente de tecnologia digital, tanto nos níveis mais sofisticados – como a infraestrutura digital – quanto nos mais cotidianos – como o uso de aparelhos celulares, plataformas de mídias sociais e todo tipo de software e aplicativo provenientes do centro.

Essa condição de consumidor favorece a coleta e o acúmulo de dados – geralmente realizados de maneira furtiva – pelas TTTCs, ampliando e reforçando ainda mais a lacuna tecnológica digital. Produtos digitais orientados por dados são então desenvolvidos para os mercados periféricos, facilitando a drenagem de capital para o centro e a semiperiferia – que também sofre drenagem –, em um evidente ciclo vicioso de retroalimentação.

É preciso acrescentar ainda que o capital acumulado não é apenas financeiro; em meu entendimento, ele também pode ser concebido como **capital de conhecimento**. Concebo o

capital de conhecimento como a informação útil – no sentido lexical e, portanto, amplo, para além de uma compreensão estritamente economicista – que se acumula no centro e também na semiperiferia a respeito das capacidades e vulnerabilidades tecnológicas da periferia, por meio do acesso íntimo a seu território e à sua sociedade.

Evidentemente, o **capital de conhecimento** facilita as demais formas clássicas de capital no que diz respeito à sua mobilização, alcance e retornos. O poder de monopólio, os regimes de propriedade intelectual e a divisão internacional do trabalho constituem as estruturas sistêmicas fundamentais do imperialismo digital, que tornam possível a construção da periferia como consumidora permanente – nos níveis estatal, corporativo e individual – para fins de acumulação de capital e transferência de valor.

Reconheço que ainda é necessário avançar na investigação para identificar e especificar, com maior nível de detalhe, os mecanismos e sistemas causais do imperialismo digital para além desta tentativa preliminar.

Referências bibliográficas

Addo, H. (1986). **Imperialism: the permanent stage of capitalism**. United Nations University.

Addo, H. (1995). **The convulsive historical moment: considerations from a Neoradical Third World Perspective**, Macalester International, 1(16): 115-148).

Amoah, L. G. A. (2025). **Global digital political economy and its concerns: is digital imperialism the elephant in the room?**. Global Political Economy, 4(1), 89-101.

Amoah, L.G.A. (2026). **China in Africa: a Sub-imperialist Power?**. In: Amoah, L.G.A. (ed.) Africa-China Relations: Partnership, Peonage or Pawnage? (13-41). Palgrave Macmillan.

Amoah, L. G. A. (2026). Homo Neoliberalus, and Decolonizing the Study of Political Economy in Ghanaian Higher Education. **Review of Radical Political Economics**, 0(0):1-18.

Gajjala, R. and Birzescu, A. (2011) Digital imperialism through online social/financial networks, **Economic and Political Weekly**, 46(13): 95–102.

Marini, R. M. (1972). **Brazilian Subimperialism**. Monthly Review, 23(9), 14-24.

Nkrumah, K. **Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism**. London: Panaf, 2004.

Wallerstein, I.M. (1991). **The capitalist world-economy**. Cambridge University Press and Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Schiller, D. (1999). **Digital capitalism: networking the global market system**. The MIT Press.